IMPRESSO

SINTEPS jornal

INFORMATIVO DO SINTEPS - SINDICATO DOS TRABALHADORES DO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL TÉCNICO,TECNOLÓGICO E PROFISSIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E DO CEETEPS.

Nº 50 - Agosto 2007

FILIADO À CUT E À FASUBRA

Sem reajuste, sem carreira, sem garantia de verbas para o Centro... CDB indica à categoria:

Vamos à greve neste segundo semestre

Superintendência e governo ignoram pauta da categoria

Págs. 2 e 3

Mobilização nas universidades já trouxe conquistas

Págs. 6 e 7

Sinteps convoca V Congresso e eleições para o CDB

Págs. 8 e 9

Nova Previdência de Serra preocupa o funcionalismo

Pág. 11

Greve nas universidades estaduais em 2007: exemplo de luta a ser seguido no Ceeteps

Sem reajuste, em carreira, sem garantia de verbas para o Centro...

CDB indica à categoria: Vamos à greve neste segundo semestre

Reunido no dia 23 de julho, o Conselho de Diretores (CDB) do Sinteps avaliou o andamento da campanha salarial 2007 e concluiu pela necessidade de mobilização imediata da categoria, como única forma de forçar a Superintendência do Centro e o governo Serra a atenderem nossas reivindicações.

Embora nossa pauta tenha sido protocolada em 1º de março (*veja matéria na pág. seguinte*), ainda não tivermos resposta alguma. É como se os trabalhadores do Centro não existissem. Enquanto isso, o governador Serra, seguindo o exemplo de seu antecessor, segue "inaugurando" novas unidades e prometendo mais expansão... obviamente, sem garantia de recursos.

Diante desse quadro, o CDB aprovou um conjunto de atividades para estimular a mobilização. O Sindicato pedirá à Secretaria de Gestão Pública um posicionamento formal sobre o pedido de reajuste (*na pág. 3, confira os índices que estamos pedindo*) e de enquadramento do pessoal. Ao mesmo tempo, será passado um abaixo-assinado entre os trabalhadores do Centro, solicitando que a Superintendência responda às nossas reivindicações.

Ao final de agosto, será realizada nova rodada de assembléias nas unidades, para avaliar o retorno do governo e da Superintendência. Em caso negativo, a proposta do CDB é a decretação de greve geral da categoria.

A greve de 2004, a maior da história do Centro, mostrou que a nossa categoria sabe defender seus direitos

Sem luta, não tem conquista

No primeiro semestre, diante da mobilização e da greve nas universidades estaduais, a direção do Sinteps propôs que os trabalhadores do Centro Paula Souza também cruzassem os braços. A decisão da maioria das assembléias, no entanto, foi contrária.

Os resultados da greve nas universidades, como mostram matérias nesta edição, ainda que parciais, só foram possíveis porque houve luta. No Centro, ao contrário, a reação vem sendo frágil em 2007.

É preciso virar este jogo! Os trabalhadores do Centro já provaram, na prática, que têm garra e disposição de lutar por seus direitos. Já realizamos greves históricas em nossa categoria. Foi com a nossa luta que conseguimos segurar, em grande medida, os ataques do governo federal e estadual ao ensino técnico e tecnológico paulista, que impedimos a quebra do vínculo com a Unesp, que conquistamos reajustes em várias oportunidades.

Essa rica história nos mostra o caminho: a ousadia da luta é o combustível que precisamos também em 2007. Fique atento às atividades e participe da rodada de assembléias no final de agosto! Vamos à greve!

Na página 5, confira o teor de uma carta aberta distribuída pelo Sinteps

Sinteps tem nova assessoria jurídica. Filiados contarão com atendimento na sede da entidade

A partir de 1º de julho, nosso Sindicato passou a contar com uma nova assessoria jurídica. Trata-se do Escritório J. Hassan Advogados Associados.

A mudança trouxe vantagens para os nossos filiados, como é o caso do atendimento na sede do Sinteps, preferencialmente às quartas feiras, das 10 às 17h30 h. O agendamento prévio pode ser feito através dos telefones (11) 3313-1528 e 3313-5385 ou, ainda, pelo e-mail juridico@sinteps.org.br.

Diferente do que ocorria com a assessoria jurídica anterior, não haverá cobrança de honorários extras. Todos os processos em andamento, bem como os casos pendentes de análise e solução, estão sendo encaminhados para o novo escritório.

SINTEPS *jornal*

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo. Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro - Cep 01124-060 - São Paulo - SP.
Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385. E-mail: sinteps@uol.com.br Site: http://www.sinteps.org.br
Jornalista Resp.: Bahiji Haje (bah@travelnet.com.br) - Tiragem: 3.000 exemplares

Hora de mobilização!!

Contra os ataques de Serra, temos três bons motivos para ir à luta

1) Nosso reajuste em 2007 ainda não saiu do ZERO

Com os piores salários da educação na região Sudeste, precisamos de 65% para repor as perdas

Na data-base 2007, a reivindicação salarial dos trabalhadores do Ceeteps é de 65%. Esse é o percentual necessário para igualar nossos salários aos do pessoal das universidades.

Para entender esse índice, é preciso relembrar que, desde 1989, a política salarial instituída para os trabalhadores do Centro previa a concessão dos mesmos índices dados aos salários do pessoal das universidades estaduais paulistas. Essa regra está prevista legalmente, através de resoluções e portarias da Unesp, baixadas em decorrência do decreto 20.833/83, que passou à Universidade o status de gerenciadora dos recursos humanos do Ceeteps. Também está amparada no vínculo e associação do Centro à Unesp, estabelecidos pela lei estadual 952/76 e pelo Decreto de Lei Complementar 07/69. Na prática, esse conjunto de leis determina que os trabalhadores do Centro recebam todas as correções salariais negociadas pelos reitores da Unesp, USP e Unicamp.

Reprodução: Folha de S. Paulo

Ele ataca a educação. Nossa arma é a luta!

A partir de 1996, com o início da era tucana, a lei passou a ser ignorada pelo governador Mário Covas, prática repetida por seus sucessores. Com isso, as perdas foram batendo na estratosfera e, atualmente, precisamos de 65% para nos igualar aos percentuais pagos pelo Cruesp e iniciar a recuperação salarial da categoria. E esse número só não é maior (já chegou a 72%) devido à sistemática mobilização da categoria, com destaque para a histórica greve de 2004.

Pauta 2007 continua sem resposta

O Sinteps protocolou a pauta de reivindicações 2007 junto à Superintendência do Centro no dia 1º de março, mês de data-base do funcionalismo paulista, e solicitou que fosse agendada uma primeira reunião no dia 12/3. A Diretora Superintendente, professora Laura Laganá, sequer respondeu ao pedido.

A pauta deste ano apresenta três eixos prioritários:
- Reajuste salarial de 65% (necessário para resgatar as perdas acumuladas pela não aplicação dos índices do Conselho de Reitores das universidades estaduais/Cruesp desde 1996 e iniciar um processo de recuperação salarial).
- Enquadramento dos servidores técnico-administrativos (desde 1994, não há evolução funcional na carreira em vigor, vigente na Unesp).
- Manutenção do emprego.

2) Decretos fragmentam a educação pública paulista e isolam Ceeteps

Medidas anunciadas logo no primeiro dia de mandato deram o tom do que seria o governo José Serra

As primeiras medidas de José Serra à frente do Palácio dos Bandeirantes tiveram as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza como alvo. Ainda em meio aos festejos da posse, o governador surpreendeu com uma série de decretos (51.460, 51.461, 51.471, 51.636, 51.660, dentre outros).

Um resultado imediato das medidas é a fragmentação da área:
- As universidades ficam na Secretaria de Ensino Superior, também criada por decreto, a partir da estrutura da extinta Secretaria de Turismo (!).
- A educação básica permanece na Secretaria da Educação.
- O Centro Paula Souza, com suas escolas técnicas e faculdades de tecnologia, fica na Secretaria de Desenvolvimento, ex-Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Ao separar o Ceeteps das universidades, o governo deixou clara a intenção de consolidar mais um passo rumo à quebra do vínculo entre o Centro e a Unesp.

Nas universidades, as principais críticas da comunidade acadêmica recaíram sobre as medidas que significavam um ataque à

Hora de mobilização!!

Três bons motivos para ir à luta

autonomia universitária, através do controle dos gastos e do remanejamento de verbas, bem como da contratação de pessoal. Tudo passaria para o crivo direto do governo. Vale lembrar que, diferente do Ceeteps, a Unesp, a USP e a Unicamp têm autonomia administrativa, financeira e acadêmica desde 1989, conquistada a partir de uma forte greve de professores e funcionários. Para isso, recebem uma verba fixa, atualmente 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Uma das principais reivindicações do Sinteps, inclusive, é que o Centro tenha uma vinculação fixa também.

A reação aos decretos acabou sendo um dos principais elementos da mobilização nas universidades deste ano, como mostra matéria nas págs. 6 e 7. A forte reação da comunidade acadêmica, inclusive, levou o governador a recuar parcialmente.

Estudantes, professores e funcionários das universidades realizaram grandes manifestações neste ano

O Decreto Declaratório

No dia 30 de maio, véspera de uma grande passeata realizada por estudantes, professores e servidores das universidades em São Paulo – que contou com a presença do Sinteps –, o Diário Oficial trouxe a publicação, a pedido do governo Serra, do Decreto Declaratório nº 1. Nele, o governo reescreve parte dos decretos anteriormente divulgados, embora não os revogue. O Decreto Declaratório, uma novidade jurídica instituída por Serra, teve impactos principalmente sobre as universidades. Ele reafirma o seguinte:

- Manutenção da verba em contas específicas de cada universidade, na Nossa Caixa.
- Possibilidade de remanejamento de verbas como ocorria anteriormente.
- Não se aplicam às universidades os decretos 51.471, 51.473 e 51.660, que vedam a contratação de pessoal e contigenciam verbas. Diz que não se aplica às universidades a comissão de política salarial, reafirmando a negociação salarial entre o Fórum das Seis e o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp).
- Modifica a redação de alguns pontos do decreto 51.461 (que cria a Secretaria do Ensino Superior), retirando a expressão "pesquisa operacional" e reafirmando a ampliação de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Mantém a idéia de "formas alternativas de formação em nível superior", porém, garantindo a deliberação interna na universidade;
- Retira os artigos 20 e 24 do decreto 51.461, que apontavam a ingerência da Secretaria de Ensino Superior nas universidades.

Embora considere tais medidas um recuo do governo, produto direto e incontestável do movimento de greve dos três segmentos das universidades, o Fórum das Seis (que congrega os sindicatos da Unesp, USP, Unicamp e o Sinteps) ainda vê problemas. Como os decretos iniciais não foram revogados, o governo pode aplicá-los no momento em que se sentir mais forte politicamente para isso. Por outro lado, a fragmentação da educação pública paulista permanece. Portanto, permanece a reivindicação de revogação integral dos decretos!

Desembargador do TJ-SP diz que Secretaria de Ensino Superior é ilegal, mas nega liminar

O desembargador Palma Bisson, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), afirmou que os decretos 51.460 e 51.461, de 2007, baixados pelo governo Serra em seus primeiros dias de governo, são inconstitucionais. Os decretos criaram a Secretaria de Ensino Superior e vincularam a ela as universidades estaduais paulistas, separando-as do Ceeteps.

A declaração de Bisson é uma resposta à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) impetrada por dois partidos, o PT e o PSOL. "Somente por lei da iniciativa do governador, portanto, via Assembléia Legislativa, vale dizer, mediante obrigatória observação do processo legislativo, podem ser criadas e extintas secretarias de Estado", disse (*Folha de S. Paulo*, 22/6/2007). Apesar disso, o desembargador negou a liminar que poderia extinguir a secretaria imediatamente, pois considera que o Decreto Declaratório 1 esvaziou "o perigo que a criação dela representava à autonomia universitária" (*Folha*, idem).

Embora tenha negado a liminar, o parecer do desembargador sinaliza com o entendimento que pode prevalecer no tribunal quando o mérito da ADIN for julgado. Obviamente, questões como a rapidez do julgamento e se será mantido ou não o parecer estão sujeitas a um jogo político que transcende a Justiça.

Hora de mobilização!!

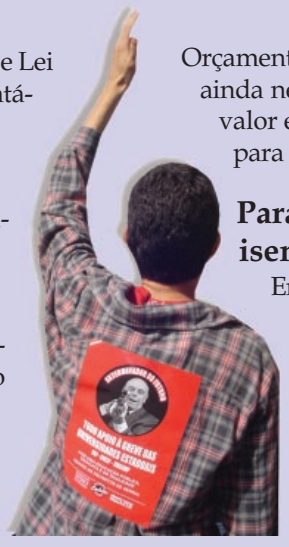
Três bons motivos para ir à luta

Três bons motivos para ir à luta

3) Emendas da educação ficam de fora da LDO 2008

Ceeteps permanece sem vinculação orçamentária no próximo ano, embora governo prometa continuidade da expansão

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008, enviado pelo governo Serra à Assembléia Legislativa, foi aprovado no dia 11 de julho, sem as emendas que previam aumento de recursos para a educação pública. A votação teve votos contrários somente das bancadas do PT e do PSOL e do deputado Major Olímpio (PV). Entre os pontos negativos apontados está a subestimação de receitas e despesas projetadas, o que torna a LDO uma peça irreal, e a não previsão de contratação de novos servidores e de ampliação dos recursos das universidades e do ensino técnico e tecnológico.



O Fórum das Seis, que agrupa os sindicatos das três universidades e o Sinteps, apresentou várias emendas, pedindo o repasse de 33% do total de receitas do estado para o conjunto da educação, aí incluídos 11,6% do ICMS às universidades e dotação de 2,1% do ICMS ao Ceeteps.

No projeto aprovado, foi mantido o atual percentual de 9,57% do ICMS para as universidades, ignorando toda a expansão feita nos últimos anos. Para o Ceeteps, mantém-se a fórmula atual, ou seja, ficará para a Lei Orçamentária (LO), a ser votada ainda neste ano, a definição do valor em reais a ser repassado para o Centro em 2008.

Para os empresários, isenção fiscal

Enquanto arrocha a educação e a saúde, a LDO 2008 é bastante generosa com os empresários. Está prevista, legalmente, uma perda de cerca de 7,8% da arrecadação geral do estado (quase o orçamento anual das universidades estaduais paulistas), a título de isenção de impostos. Outra picaretagem é a legalização do pagamento dos aposentados com recursos da educação ativa.

Ação na LO

No segundo semestre, começam as discussões sobre a Lei Orçamentária. É na LO que se transformam em valores todos os índices e diretrizes aprovados na LDO. Portanto, é na LO que serão fixados os valores destinados ao Ceeteps no ano que vem.

Assim como nos anos anteriores, o Fórum das Seis e o Sinteps apresentarão emendas para aprovar verbas extra-cota às universidades (para suprir a expansão) e destinar mais recursos ao Ceeteps. O Sinteps está atento ao calendário de audiências públicas da LO e convocará a categoria a participar.

Sinteps distribuiu carta aberta dos trabalhadores do Centro às autoridades do estado de São Paulo

Como parte da mobilização da categoria em 2007, o Sinteps enviou matérias à imprensa e distribuiu, no mês de julho, uma carta aberta em todo o estado, dirigida aos vereadores, prefeitos e deputados. Abaixo, confira alguns trechos:

"Novamente os professores e funcionários das Escolas Técnicas e Faculdades de Tecnologia do Centro Paula Souza vêm solicitar o auxílio dos representantes da população do estado de São Paulo, vereadores, prefeitos, deputados estaduais, federais e senadores, no sentido de intervir junto ao governo estadual, visando melhorar as nossas condições de salário e trabalho.

As ETEC's e FATEC's são modelos de educação pública de qualidade, recebendo o reconhecimento de toda a população do estado, pela excelência dos profissionais que nelas atuam, traduzida em níveis de empregabilidade de seus alunos, bem como nas avaliações nacionais e estaduais.

A instalação de unidades do Centro Paula Souza é anseio das autoridades municipais e, quando efetivada, orgulho dos munícipes.

A realidade dos trabalhadores das ETEC's e FATEC's, porém, é humilhante. Os salários são os menores da região sudeste do Brasil, sendo que os professores de ETE recebem R$ 6,09 por hora aula; os professores de FATEC R$ 8,10 por hora aula e os funcionários têm como salário inicial R$ 343,06, valor muito menor do que o mínimo vigente no país;

A superintendência do Centro Paula Souza não atende aos trabalhadores, representados pelo sindicato da categoria, o Sinteps e, há dois anos, não responde a pauta de reivindicações específicas da categoria, que contém inúmeros itens negociáveis e que poderiam representar uma significativa melhora nas condições de trabalho.

A Secretaria de Desenvolvimento, órgão que, na reestruturação do estado realizada pelo governador José Serra, seria o responsável por discutir as reivindicações salariais dos trabalhadores do Centro Paula Souza, sequer dignou-se a receber o sindicato representante da categoria, como prevê o decreto estadual editado em março deste ano.

A lei da data-base do funcionalismo, aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e sancionada pelo governador, instituiu o mês de março para a revisão salarial e vige desde 2005, porém, não foi respeitada seja pelo governador responsável por sua aprovação, seja pelo atual governador José Serra.

O fato é que, uma seqüência de desrespeitos legais e morais vêm colocando os trabalhadores do Centro Paula Souza na humilhante situação de pior salário da região sudeste do Brasil na área da educação, impondo um arrocho salarial à categoria que já ultrapassa a casa dos 35% para os professores de ETEC's e FATEC's e está beirando a casa dos 50% para os funcionários técnicos e administrativos das unidades e da Administração Central;

(...) Osjovens são levados a buscar a melhora de sua empregabilidade nas ETEC's e FATEC's, como apregoam os mais diversos governantes, mas são surpreendidos com a suas reais condições.

(...) Solicitamos apoio às nossas reivindicações, seja por contato direto com os dirigentes do Centro Paula Souza, Secretaria de Desenvolvimento e governador José Serra, seja através de requerimento ou moção encaminhado às mesmas autoridades supracitadas, dando ciência ao Sinteps, para que este divulgue junto à categoria os parlamentares e autoridades que realmente defendem os serviços públicos e seus servidores."

São Paulo, julho de 2007.

Diretoria Executiva, Diretoria Regional e Conselho de Diretores de Base do Sinteps.

Quem luta, conquista!

Mobilização nas universidades obteve avanços importantes e prossegue no segundo semestre

Em 2007, os servidores, professores e estudantes da Unesp, USP e Unicamp protagonizaram um belo movimento. A luta teve como combustível os decretos do governo Serra (*veja matéria "Decretos fragmentam educação pública paulista e isolam Ceeteps"*) e reivindicações específicas (reajuste salarial, assistência estudantil etc).

Da indignação com os decretos e da omissão das reitorias frente aos ataques de Serra, brotou a primeira reação de peso: a ocupação da reitoria da USP pelos estudantes no dia 3 de maio. Esse fato foi, sem dúvida, o farol do movimento deste ano nas universidades.

A partir daí, desencadearam-se várias ocupações em diversas unidades da Unesp e uma segunda na Unicamp, no dia 18 de junho (já havia ocorrido uma em março), bem como a deflagração da greve nos três segmentos.

Para o Fórum das Seis, que agrupa os sindicatos e entidades estudantis das três universidades e do Ceeteps, não resta dúvida de que as ocupações estudantis e a greve conseguiram um recuo significativo do governo. Embora os decretos não tenham sido revogados, Serra viu-se obrigado – não por acaso às vésperas da grande passeata de 31 de maio – a emitir o inédito Decreto Declaratório nº 1 (*leia mais na página 4*), que tinha como objetivo explicar que as intenções iniciais foram revistas.

Passeata das universidades no dia 31 de maio, em SP: Sinteps presente

Em relação aos ganhos salariais, o Fórum também vê avanços. Na tentativa de conter o movimento, o Cruesp concedeu, já na segunda rodada de negociações, a reposição da inflação, segundo a FIPE, dos últimos 12 meses (3,37%). Com a continuidade da greve, os reitores apresentaram uma proposta de política salarial, com uma fórmula vinculada à arrecadação anual do ICMS, que poderá redundar na concessão de uma parcela fixa ainda em 2007 (o Fórum reivindica R$ 200,00 para todos).

Outro saldo importante da luta é a rearticulação do movimento estudantil nas universidades.

Tanto os sindicatos quanto as representações estudantis da Unesp, USP e Unicamp avaliam que a luta não terminou. O combate aos decretos e a mobilização de professores e servidores pelo reajuste salarial não conseguiram, ainda que com greve, a conquista do aumento de verbas para as universidades, uma batalha contínua nos últimos anos (*leia matéria nas págs. 6 e 7*). Eles pedem a reabertura imediata de negociação entre Fórum das Seis e Cruesp, para tratar de salário, permanência estudantil, terceirizações, hospitais universitários, não punição dos que lutam por mais verbas e pela autonomia. A continuidade da vinculação do Centro Paula Souza à Unesp também é um dos temas que o Fórum quer tratar com o Cruesp.

Outras categorias do funcionalismo saíram em luta no primeiro semestre

A linha dura do governo Serra com o funcionalismo já desencadeou reações importantes. Além das universidades, como mostra matéria nesta página, outras categorias foram à luta. É o caso do pessoal da saúde, que realizou 19 dias de paralisação em junho e suspendeu a greve diante do reconhecimento de sua pauta pelo governo, fato que não vinha ocorrendo.

"As reivindicações que apresentamos nesta campanha salarial unificada fazem parte da luta dos servidores da saúde desde a fundação do Sindicato e, pela primeira vez, nós conseguimos fazer com que um governo as reconhecesse", disse Hélcio Marcelino, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo (Sindsaúde). "Isso não garante o atendimento das nossas exigências, mas ao menos obrigamos o Serra a assinar um documento que reconhece nossas necessidades", observou Ângelo D`Agostini, tesoureiro da entidade.

Caso o governador não atenda a pauta de 12 itens – que tem como destaque o reajuste salarial de 34%, a incorporação das gratificações ao salário, o aumento do vale-refeição para R$ 10,00 (atualmente o valor é de R$ 4,00) e a implantação de um plano de carreira – os trabalhadores da saúde podem voltar à greve em agosto.

Trabalhadores e estudantes realizaram grandes atos e passeatas. Sinteps esteve presente

Que a garra e o vigor com que as universidades saíram à luta sejam a chama a alimentar a reação dos trabalhadores das ETE's e FATEC's neste segundo semestre

A data-base 2007 teve um componente diferenciado nas universidades neste ano. Coube aos estudantes serem o farol da mobilização. A ocupação na USP transformou-se num símbolo da luta contra os ataques do recém-empossado José Serra às universidades estaduais paulistas e ao Ceeteps. No início da ocupação, o governo chegou a ameaçar com o uso da força policial, mas recuou diante da repercussão do movimento.

O movimento foi marcado por grandes passeatas, manifestações, assembléias, ocupações estudantis etc. O nosso Sindicato estimulou os trabalhadores e os estudantes do Centro a estarem presentes em todos eles, por considerar que estamos todos na mesma luta: a defesa da educação pública paulista de qualidade.

Assim como faz todos os anos, o Sinteps vem participando de todas as reuniões e atividades convocadas pelo Fórum das Seis, reafirmando, na prática, o vínculo entre Ceeteps e Unesp. A entidade espera que a garra e o vigor com que as universidades saíram à luta sejam a chama a alimentar a reação dos trabalhadores das ETE's e FATEC's neste segundo semestre.

A seguir, confira alguns momentos marcantes da mobilização realizada neste ano.

25 de abril, um grande protesto contra a SPPrev

Mais de 20 mil funcionários públicos, em sua maioria professores da rede estadual, protestaram em frente a Assembléia Legislativa de São, durante audiência pública convocada para discutir a criação da SPPrev (*veja mais detalhes na página 11*).

Servidores em peso na Alesp no dia 25/4

3 de maio, início da ocupação na USP

Sem sombra de dúvida, os 50 dias de ocupação da reitoria da USP pelos estudantes (de 3 de maio a 22 de junho) foram o fato político mais importante do movimento neste ano. Com a realização de grandes assembléias no *campus*, que chegaram a contar com mais de duas mil pessoas, eles concordaram em encerrar a ocupação após a assinatura de um acordo com a reitora Suely Vilela, que contemplou parte de suas reivindicações (especialmente em relação à moradia, acesso ao campus nos finais de semana etc) e a garantia de não punição. No mesmo dia, os servidores da USP, que apoiaram a ocupação desde o primeiro momento, também aprovaram a saída.

A assembléia em que os estudantes da USP deliberaram a ocupação, em 3/5

23 de maio, dia de luta contra as reformas neoliberais

Os estudantes, docentes e servidores da Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza foram presença de peso no Dia Nacional de Mobilização, convocado pela Conlutas e outras entidades sindicais e populares. Em São Paulo, uma passeata pela avenida Paulista reuniu 10 mil pessoas.

31 de maio de 2007, uma data para ficar na história de SP

Uma grande passeata, com cerca de oito mil estudantes, professores e servidores das três universidades e do Centro Paula Souza, deixou o campus da USP em direção ao Palácio do Governo. Os manifestantes foram recebidos com um "paredão" de cerca de 400 policiais, que os impediram de chegar ao Palácio. Os manifestantes gritavam: "Ô Serra, seu farsante, na ditadura fingiu que era estudante!", desmoralizando o fato de o atual governador de São Paulo ter presidido a UNE nos anos 60.

15 de junho, marcha à Secretaria de Ensino Superior

Mais de dois mil servidores paulistas, em sua maioria estudantes, docentes e servidores das universidades e do Centro Paula Souza, realizaram uma passeata da avenida Paulista até a Secretaria de Ensino Superior, transformada em símbolo dos ataques de Serra à educação.

A presidente do Sinteps, Neusa Santana Alves, fala durante ato em 23/5

20 de junho, o dia em que a tropa de choque ocupou a Unesp

Na calada da madrugada, a pedido do diretor da FCL/Araraquara, Cláudio Gomide, a tropa de choque da Polícia Militar entrou no campus para desalojar estudantes desarmados e pacíficos. O uso da truculência e do arbítrio, numa afronta à autonomia universitária, sofreu repúdio generalizado. O Sinteps, através de nota divulgada pelo Fórum das Seis, condenou veementemente o fato.

Em vez de dialogar, o "democrático" Serra mandou a tropa de choque receber os manifestantes em 31/5

Quem luta, conquista!

Mobilização nas universidades obteve avanços importantes e prossegue no segundo semestre

Em 2007, os servidores, professores e estudantes da Unesp, USP e Unicamp protagonizaram um belo movimento. A luta teve como combustível os decretos do governo Serra (*veja matéria "Decretos fragmentam educação pública paulista e isolam Ceeteps"*) e reivindicações específicas (reajuste salarial, assistência estudantil etc).

Da indignação com os decretos e da omissão das reitorias frente aos ataques de Serra, brotou a primeira reação de peso: a ocupação da reitoria da USP pelos estudantes no dia 3 de maio. Esse fato foi, sem dúvida, o farol do movimento deste ano nas universidades.

A partir daí, desencadearam-se várias ocupações em diversas unidades da Unesp e uma segunda na Unicamp, no dia 18 de junho (já havia ocorrido uma em março), bem como a deflagração da greve nos três segmentos.

Para o Fórum das Seis, que agrupa os sindicatos e entidades estudantis das três universidades e do Ceeteps, não resta dúvida de que as ocupações estudantis e a greve conseguiram um recuo significativo do governo. Embora os decretos não tenham sido revogados, Serra viu-se obrigado – não por acaso às vésperas da grande passeata de 31 de maio – a emitir o inédito Decreto Declaratório nº 1 (*leia mais na página 4*), que tinha como objetivo explicar que as intenções iniciais foram revistas.

Passeata das universidades no dia 31 de maio, em SP: Sinteps presente

Em relação aos ganhos salariais, o Fórum também vê avanços. Na tentativa de conter o movimento, o Cruesp concedeu, já na segunda rodada de negociações, a reposição da inflação, segundo a FIPE, dos últimos 12 meses (3,37%). Com a continuidade da greve, os reitores apresentaram uma proposta de política salarial, com uma fórmula vinculada à arrecadação anual do ICMS, que poderá redundar na concessão de uma parcela fixa ainda em 2007 (o Fórum reivindica R$ 200,00 para todos).

Outro saldo importante da luta é a rearticulação do movimento estudantil nas universidades.

Tanto os sindicatos quanto as representações estudantis da Unesp, USP e Unicamp avaliam que a luta não terminou. O combate aos decretos e a mobilização de professores e servidores pelo reajuste salarial não conseguiram, ainda que com greve, a conquista do aumento de verbas para as universidades, uma batalha contínua nos últimos anos (*leia matéria nas págs. 6 e 7*). Eles pedem a reabertura imediata de negociação entre Fórum das Seis e Cruesp, para tratar de salário, permanência estudantil, terceirizações, hospitais universitários, não punição dos que lutam por mais verbas e pela autonomia. A continuidade da vinculação do Centro Paula Souza à Unesp também é um dos temas que o Fórum quer tratar com o Cruesp.

Outras categorias do funcionalismo saíram em luta no primeiro semestre

A linha dura do governo Serra com o funcionalismo já desencadeou reações importantes. Além das universidades, como mostra matéria nesta página, outras categorias foram à luta. É o caso do pessoal da saúde, que realizou 19 dias de paralisação em junho e suspendeu a greve diante do reconhecimento de sua pauta pelo governo, fato que não vinha ocorrendo.

"As reivindicações que apresentamos nesta campanha salarial unificada fazem parte da luta dos servidores da saúde desde a fundação do Sindicato e, pela primeira vez, nós conseguimos fazer com que um governo as reconhecesse", disse Hélcio Marcelino, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo (Sindsaúde). "Isso não garante o atendimento das nossas exigências, mas ao menos obrigamos o Serra a assinar um documento que reconhece nossas necessidades", observou Ângelo D`Agostini, tesoureiro da entidade.

Caso o governador não atenda a pauta de 12 itens – que tem como destaque o reajuste salarial de 34%, a incorporação das gratificações ao salário, o aumento do vale-refeição para R$ 10,00 (atualmente o valor é de R$ 4,00) e a implantação de um plano de carreira – os trabalhadores da saúde podem voltar à greve em agosto.

Trabalhadores e estudantes realizaram grandes atos e passeatas. Sinteps esteve presente

Que a garra e o vigor com que as universidades saíram à luta sejam a chama a alimentar a reação dos trabalhadores das ETE's e FATEC's neste segundo semestre

A data-base 2007 teve um componente diferenciado nas universidades neste ano. Coube aos estudantes serem o farol da mobilização. A ocupação na USP transformou-se num símbolo da luta contra os ataques do recém-empossado José Serra às universidades estaduais paulistas e ao Ceeteps. No início da ocupação, o governo chegou a ameaçar com o uso da força policial, mas recuou diante da repercussão do movimento.

O movimento foi marcado por grandes passeatas, manifestações, assembléias, ocupações estudantis etc. O nosso Sindicato estimulou os trabalhadores e os estudantes do Centro a estarem presentes em todos eles, por considerar que estamos todos na mesma luta: a defesa da educação pública paulista de qualidade.

Assim como faz todos os anos, o Sinteps vem participando de todas as reuniões e atividades convocadas pelo Fórum das Seis, reafirmando, na prática, o vínculo entre Ceeteps e Unesp. A entidade espera que a garra e o vigor com que as universidades saíram à luta sejam a chama a alimentar a reação dos trabalhadores das ETE's e FATEC's neste segundo semestre.

A seguir, confira alguns momentos marcantes da mobilização realizada neste ano.

25 de abril, um grande protesto contra a SPPrev

Mais de 20 mil funcionários públicos, em sua maioria professores da rede estadual, protestaram em frente a Assembléia Legislativa de São, durante audiência pública convocada para discutir a criação da SPPrev (*veja mais detalhes na página 11*).

Servidores em peso na Alesp no dia 25/4

3 de maio, início da ocupação na USP

Sem sombra de dúvida, os 50 dias de ocupação da reitoria da USP pelos estudantes (de 3 de maio a 22 de junho) foram o fato político mais importante do movimento neste ano. Com a realização de grandes assembléias no *campus*, que chegaram a contar com mais de duas mil pessoas, eles concordaram em encerrar a ocupação após a assinatura de um acordo com a reitora Suely Vilela, que contemplou parte de suas reivindicações (especialmente em relação à moradia, acesso ao campus nos finais de semana etc) e a garantia de não punição. No mesmo dia, os servidores da USP, que apoiaram a ocupação desde o primeiro momento, também aprovaram a saída.

A assembléia em que os estudantes da USP deliberaram a ocupação, em 3/5

23 de maio, dia de luta contra as reformas neoliberais

Os estudantes, docentes e servidores da Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza foram presença de peso no Dia Nacional de Mobilização, convocado pela Conlutas e outras entidades sindicais e populares. Em São Paulo, uma passeata pela avenida Paulista reuniu 10 mil pessoas.

31 de maio de 2007, uma data para ficar na história de SP

Uma grande passeata, com cerca de oito mil estudantes, professores e servidores das três universidades e do Centro Paula Souza, deixou o campus da USP em direção ao Palácio do Governo. Os manifestantes foram recebidos com um "paredão" de cerca de 400 policiais, que os impediram de chegar ao Palácio. Os manifestantes gritavam: "Ô Serra, seu farsante, na ditadura fingiu que era estudante!", desmoralizando o fato de o atual governador de São Paulo ter presidido a UNE nos anos 60.

15 de junho, marcha à Secretaria de Ensino Superior

Mais de dois mil servidores paulistas, em sua maioria estudantes, docentes e servidores das universidades e do Centro Paula Souza, realizaram uma passeata da avenida Paulista até a Secretaria de Ensino Superior, transformada em símbolo dos ataques de Serra à educação.

A presidente do Sinteps, Neusa Santana Alves, fala durante ato em 23/5

20 de junho, o dia em que a tropa de choque ocupou a Unesp

Na calada da madrugada, a pedido do diretor da FCL/Araraquara, Cláudio Gomide, a tropa de choque da Polícia Militar entrou no campus para desalojar estudantes desarmados e pacíficos. O uso da truculência e do arbítrio, numa afronta à autonomia universitária, sofreu repúdio generalizado. O Sinteps, através de nota divulgada pelo Fórum das Seis, condenou veementemente o fato.

Em vez de dialogar, o "democrático" Serra mandou a tropa de choque receber os manifestantes em 31/5

Avançar na organização e fortalecer o Sindicato

V Congresso do Sinteps acontece de 12 a 16 de dezembro

É hora de debater a conjuntura política federal e estadual, a expansão do Centro, os problemas da categoria e as lutas que virão

De 12 a 16 de dezembro de 2007, acontece o V Congresso Ordinário dos Trabalhadores do Centro Paula Souza. O Congresso é a instância máxima do Sindicato e é de grande importância na organização da categoria. Além de discussões gerais sobre a conjuntura política e sindical, são feitos balanços da atuação da entidade e traçados planos de luta para o período seguinte.

O último Congresso da categoria aconteceu em dezembro de 2004

Os debates previstos, como pode ser visto a seguir, procuram reunir temas gerais da situação política (por exemplo, a conjuntura política federal e estadual), até questões mais específicas do Centro (como a expansão e o financiamento da educação profissional) e da categoria (plano de lutas).

É importante que os trabalhadores do Centro participem ativamente do processo de preparação do Congresso e, também, durante a sua realização. Nossa categoria vive um momento de preparação para novas lutas, ainda sob o impacto do novo governo tucano em São Paulo. Sem reajuste, sem carreira e vendo uma sucessão de "inaugurações" de escolas técnicas e faculdades de tecnologia sem garantia de recursos, os trabalhadores do Centro têm muito a debater neste Congresso. As lutas deste segundo semestre, com certeza, estarão no centro das discussões.

No Congresso, serão debatidas as teses e moções que forem apresentadas pelos filiados – individualmente ou em grupo, dentro do seguinte temário:

Tema I - Conjuntura Internacional;
Tema II - Conjuntura Nacional;
Tema III - Conjuntura Estadual e o CEETEPS na Reestruturação do Estado;
Tema IV - Expansão do CEETEPS e suas conseqüências para os trabalhadores da Instituição;
Tema V - Financiamento da Educação Profissional Pública Estadual;
Tema VI - Reformulações Estatutárias;
Tema VII - Plano Lutas.

Como participar

Os delegados são filiados eleitos especialmente para representar os trabalhadores das diversas unidades do Ceeteps durante o Congresso. O número de delegados eleitos por unidade é proporcional à quantidade de filiados na base. Se você deseja ser delegado, deve se inscrever até o dia 30 de setembro (a ficha de inscrição pode ser obtida no site www.sinteps.org.br).

Para ser delegado, o trabalhador deve estar filiado ao Sindicato no mínimo há seis meses, além de estar em dia com as obrigações sindicais. Após a eleição dos delegados, a exemplo do ocorrido nos congressos anteriores, a Diretoria Executiva do Sinteps enviará ofício à Superintendência do Centro, solicitando o efetivo exercício dos eleitos nos dias de realização do Congresso, de forma que não tenham quaisquer prejuízos funcionais. Todas as informações adicionais (transporte, credenciamento, local e programação do evento) serão divulgadas em boletins e no site do Sinteps.

Se você não tem interesse em ser delegado ao Congresso, pode participar escrevendo uma tese ou moção sobre algum tema que pretenda ver defendido pelo Sindicato. Outra maneira de participar é votando nos delegados de sua unidade e discutindo com eles as teses, que estarão disponíveis a partir de 22 de outubro. A eleição dos delegados está marcada para os dias 8 a 10 de outubro.

Observadores

Além dos delegados, a estrutura do Congresso permite a participação de observadores. Como não trazem representação da base, os observadores não passam por eleição e devem bancar as próprias despesas durante o evento. Basta que se inscrevam dentro dos prazos previstos.

Atenção para o calendário

23 de julho a 30 de setembro: Divulgação e inscrição de delegados e observadores.

8, 9 e 10 de outubro: Eleição de delegados.

17 de outubro: Homologação do resultado das eleições.

15 de outubro: Prazo final de entrega das teses.

22 de outubro: Prazo de entrega do caderno de teses.

22 a 31 de outubro: Discussões das teses nas unidades.

12 a 16 de dezembro: V Congresso.

Edital de Convocação

A Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de São Paulo e do Ceeteps - Sinteps – com base nos artigos 26 e 43, alínea b, do Estatuto Social da Entidade, convoca o V Congresso Ordinário da Categoria, com a seguinte programação:

Temas

I – Conjuntura Internacional.
II – Conjuntura Nacional.
III – Conjuntura Estadual e o Ceeteps na Reestruturação do Estado.
IV – Expansão do Ceeteps e suas conseqüências para os trabalhadores da Instituição.
V – Financiamento da Educação Profissional Pública Estadual.
VI – Reformulações Estatutárias.
VII – Plano de Lutas.

Calendário

- Inscrições dos delegados e observadores: de 23/07 a 30/09.
- Eleição dos delegados: 8, 9, 10 de outubro.
- Entrega das teses: Até 15 de outubro.
- Discussões das teses nas unidades: De 22 a 31 de outubro.
- Congresso: De 12 a 16 de dezembro.

Local: A definir

São Paulo, 23 de julho de 2007.

Neusa Santana Alves
RG 13.371.827

Ampliar a organização da categoria

De 20 a 22 de agosto, vamos eleger novos Diretores de Base

O Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, o nosso Sinteps tem sua direção composta por três instâncias: Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Diretor de Base (CDB). No caso das duas primeiras, houve eleições em outubro de 2006 e os companheiros eleitos ficam nos cargos até 2009.

Para o CDB, de acordo com o estatuto do Sindicato, são realizadas eleições a cada seis meses. Todas as unidades têm direito a eleger Diretores de Base, em quantidade proporcional ao número de filiados na base. No quadro ao lado, veja se há vagas na sua unidade nesta eleição, que acontece de 20 a 22 de agosto.

Tendo em vista a vasta distribuição geográfica do Centro, o Diretor de Base tem uma função muito importante na organização da categoria. Cabe a ele ser o elo entre os trabalhadores e o Sindicato, repassar informações, preparar assembléias e reuniões, conversar com os colegas... enfim, trabalhar pela organização e mobilização da unidade, sempre tendo em vista os interesses da categoria. Periodicamente, eles participam de uma reunião do CDB em São Paulo, na sede do Sinteps, que delibera propostas para serem ser postas em prática pela Diretoria Executiva.

Como fruto das lutas da categoria, os companheiros eleitos têm resguardados todos os seus direitos, como é o caso do efetivo exercício nos dias de reunião. Além disso, todas as despesas de locomoção e transporte são pagas pela entidade.

Quem pode de se candidatar

Para se candidatar, o filiado tem que contar, na data do registro da candidatura, no mínimo com três meses de filiação ao Sindicato, ter contrato por prazo indeterminado ou ter sido contratado mediante aprovação em concurso público. É preciso estar em dia com as mensalidades sindicais. O Diretor de Base é eleito pelos filiados da sua unidade.

Os interessados em se candidatar podem encontrar a ficha de inscrição no site da entidade (www.sinteps.org.br). Após preenchida, ela deve ser remetida à sede do Sindicato por malote ou correio até o dia 9/8, ou por fax até 10/8.

O calendário

- Divulgação das eleições: 23/7 a 1º/8
- Inscrições: 1º a 10/8
- Deferimento das inscrições: 13/8
- Recursos: 14/8
- Homologação das inscrições: 15/8
- Campanha: 13 a 17/8
- Eleições: 20 a 22/8
- Divulgação dos resultados: 28/8
- Recursos: 31/8
- Homologação dos resultados: 3/9
- Posse dos eleitos: 12/9 (Reunião Ordinária do CDB)

As unidades que devem realizar eleição

Unidade	Cidade	Nº de Diretores por direito	Nº de Diretores eleitos	Diretores empossados em	Nº de Diretores faltantes	Realizar eleição para
01 - ADM	São Paulo	8	2	Set/06	6	2 tit. e 4 supl.
02 - F SP	São Paulo	8	3	Set/06 e Mar/07	5	1 tit. e 4 supl.
03 - F SO	Sorocaba	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
04 - F AM	Americana	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
05 - F BS	Santos	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
06 - E AM	Americana	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
07 - E CAP	Campinas	4	1	Set/06	3	1 tit. e 2 supl.
08 - E VAV	Jundiaí	6	-	-	6	3 tit. e 3 supl.
10 - E LG	S. B. Campo	8	1	Mar/07	7	3 tit. e 4 supl.
11 - E JS	S. Caetano	6	2	Set/06	4	1 tit. e 3 supl.
13 - E GV	São Paulo	8	4	Set/06	4	4 supl.
14 - E JM	S. André	6	1	Set/06	5	2 tit. e 3 supl.
15 - E PV	M. Cruzes	4	2	Set/06 e Mar/07	2	2 supl.
16 - E FP	Sorocaba	6	-	-	6	3 tit. e 3 supl.
17 - E RFS	Sorocaba	6	1	Mar/07	5	2 tit. e 3 supl.
18 - E SP	São Paulo	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
20 - F JAÚ	Jaú	2	1	Set/06	1	1 supl.
21 - F OUR	Ourinhos	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
23 - E AE	São Paulo	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
26 - E ABS	Guaratinguetá	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
29 - E PAOF	Araraquara	2	1	Mar/07	1	1 supl.
32 - E AET	P. Prudente	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
34 - E AG	São Paulo	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
35 - E AF	Santos	4	-	-	4	2 tit. e 2 supl.
40 - E CRJ	Barra Bonita	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
41 - E BG	São Paulo	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
42 - E BS	Jundiaí	2	1	Set/06	1	1 supl.
43 - E BQ	Campinas	4	2	Set/06	2	2 supl.
45 - ECC	São Paulo	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
46 - E CCJr	Franca	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
47 - E CMS	Pinhal	2	1	Mar/07	1	1 supl.
52 - E CB	Dracena	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
56 - E FFC	Piracicaba	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
57 - E PFS	São Simão	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
60 - E FG	Mococa	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
64 - E HAS	São Paulo	2	1	Mar/07	1	1 supl.
66 - E JFS	Ourinhos	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
70 - E JFA	Jaú	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
72 - E PJE	Ceq. César	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
73 - E JLV	Jales	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
74 - E JMS	R. Preto	4	2	Mar/07	2	2 supl.
76 - E JRM	São Paulo	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
77 - E JSC	Cruzeiro	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
78 - E JC	Franca	2	1	Set/06	1	1 supl.
81 - E LPB	C. Mota	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
82 - E MA	Caçapava	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
85 - E MLK	São Paulo	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
88 - E MA	Garça	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
89 - E ENM	Iguape	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
93 - E POC	Garça	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
96 - E PFA	M. Mirim	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
98 - E PGN	Ipaussu	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
100 - E RPS	Itatiba	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
111 - CT ZL	São Paulo	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
115 - E H	Hortolândia	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.
122 - E ER	Santos	2	-	-	2	1 tit. e 1 supl.

Direitos

Justiça obriga Centro a repassar Imposto Sindical ao Sinteps

Sindicato promove a devolução para os sindicalizados

Depois de vários anos de constantes lutas, o Sinteps conquistou na justiça a garantia do recebimento do dinheiro do Imposto Sindical, na qualidade de único sindicato representante da categoria.

O Imposto Sindical corresponde ao desconto de um dia de trabalho no holerite de todos os trabalhadores, no mês de março. Até 2002, isso nunca havia acontecido. Para entender o porquê, acompanhe as explicações a seguir:

O Imposto é uma decorrência da legislação sindical criada na época de Getúlio Vargas. A forma de distribuição é a seguinte: 5% do total arrecadado ficam para a Confederação, 15% para a Federação, 20% para o governo e 60% para o Sindicato. Até 2002, de acordo com a lei, era proibido cobrar tal imposto dos servidores públicos. A partir de 2003, isso passou a ser permitido. Tendo em vista tratar-se de uma legislação paternalista, criada com o objetivo de manter estruturas sindicais fantasmas em funcionamento, o Sinteps nunca fez a cobrança do Imposto Sindical.

A partir de 2003, no entanto, a Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo entrou na justiça pleiteando que o Centro fizesse o desconto. A justiça deu-lhe parecer favorável e o Centro passou a fazer o desconto.

A partir de agora, a situação muda. Mesmo contrariado, o Ceeteps está sendo obrigado a recolher o dinheiro conforme manda a legislação, ou seja, através de guia de recolhimento na Caixa Econômica Federal em favor do Sinteps (60%), 15% para a Federação indicada pelo Sindicato, 5% para a Confederação e 20% para o Ministério do Trabalho (MTE). Como o Sinteps não indicou a Federação e nem a Confederação, o montante de 40% foi distribuído para o MTE.

Filiados já receberam

Por opção da Diretoria Executiva e deliberação do CDB, o Sinteps devolveu aos seus filiados 60% do valor descontado a título de Imposto Sindical em 2007. A devolução estendeu-se de 15 de maio ao final de julho.

Reforma amplia espaço para debates e palestras na sede do Sindicato

Já está concluída a reforma na sede do nosso Sindicato (*foto*), em São Paulo, iniciada em janeiro deste ano. O espaço foi reestruturado e passou a contar com um auditório para 40 lugares, destinado a reuniões, palestras e debates. Além dele, há mais três salas de trabalho. A copa ganhou entrada individualizada e os banheiros passaram de dois para quatro boxes, sendo um para banho.

O dinheiro utilizado na reforma é proveniente do Imposto Sindical de 2006. Em breve, os valores gastos serão detalhados em uma publicação especial sobre o Imposto Sindical.

A inauguração do novo espaço está prevista para 19 de outubro, em festa comemorativa de duas datas importantes para a categoria: o Dia do Servidor e o Dia dos Professores. Além da festa, está previsto um debate sobre o financiamento da educação tecnológica pública, ainda sem palestrante confirmado.

Equiparação aos reajustes do Cruesp

Validade do vínculo e luta política da categoria aumentam chances de vitória em ação coletiva do Sinteps

Nos últimos anos, o Sinteps não tem poupado esforços para organizar e estimular a luta dos trabalhadores do Centro na defesa do vínculo com a Unesp. A ação organizada da categoria – manifestações, greves e esclarecimentos à população – conseguiu barrar, até o momento, as ofensivas do governo tucano para quebrá-lo.

A diretoria do Sinteps é parte atuante do Fórum das Seis, que engloba os sindicatos e representações estudantis das universidades estaduais e do Ceeteps, e procura sempre colocar em destaque o debate sobre o vínculo, envolvendo as demais entidades em sua defesa. Além de provar exaustivamente a legalidade do vínculo, o Sindicato procura mostrar as intenções que estão por trás das investidas do governo: isolamento do Ceeteps e sua privatização.

Além da luta política, o Sindicato também trava a batalha judicial, especificamente para pleitear os mesmos índices pagos ao pessoal das universidades. Como se sabe, a partir de 1989, por força de lei, a política salarial vigente para os trabalhadores do Centro passou a garantir os mesmos índices dados aos salários na Unesp, USP e Unicamp. A isonomia está prevista em resoluções e portarias da Unesp, baixadas em decorrência do decreto 20.833/83, que passou àquela Universidade o *status* de gerenciadora dos recursos humanos do Ceeteps. Também está amparada no vínculo e associação do Centro à Unesp, estabelecidos pela lei estadual 952/76 e pelo Decreto de Lei Complementar 07/69. Por isso, todos os reajustes concedidos pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) eram, automaticamente, repassados ao Centro.

O calote começou em 1996, quando assumiu o governador Mário Covas. Desde então, as perdas foram se acumulando.

Após ingressar com inúmeras ações, por grupos de trabalhadores, o Sindicato optou por impetrar uma ação coletiva, em 2004, na Fazenda Pública de São Paulo, em nome de todos os servidores e docentes do Ceeteps, filiados ou não à entidade. A ação foi negada em primeira instância, mas a expectativa é de que isso se reverta em segunda instância.

Em Sorocaba, a justiça reconheceu o vínculo e garantiu, em última instância, a um grupo de 10 professores, a incorporação aos salários de um índice de cerca de 17%, relativo a reajustes pagos ao pessoal das universidades estaduais paulistas e não repassados aos trabalhadores do Centro.

Produto da ação política acumulada da categoria na defesa do vínculo, a decisão de Sorocaba reforça a tese do Sinteps, de que os trabalhadores do Ceeteps têm direito a receber os índices concedidos pelo Cruesp.

O advogado Jamil Hassan, da assessoria jurídica do Sindicato, considera boas as expectativas de ganho de causa na ação coletiva impetrada pelo Sinteps. Ele explica que, como tramita em São Paulo, cidade sede do Sindicato e do empregador, a ação tende a ter um julgamento mais demorado, devido ao grande volume de processos na justiça da capital.

Previdência

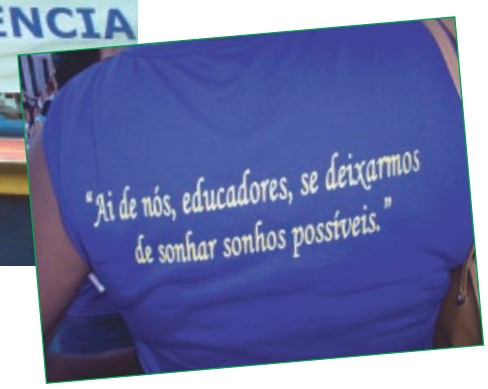
Serra aprova SPPrev e preocupa funcionalismo

Depois de muita polêmica e protesto do funcionalismo estadual, a Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou, no dia 28 de maio, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 30, enviado pelo governador José Serra. O PLC 30 criou a São Paulo Previdência (SPPrev), entidade que passa a ser gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo (RPPM).

Durante o processo de tramitação do projeto na Alesp, os funcionários públicos estaduais realizaram várias manifestações. No dia 25 de abril de 2007, por exemplo, cerca de 20 mil pessoas foram para a frente da Assembléia, entre elas companheiros do Ceeteps. Entre as denúncias, estava a exclusão da SPPrev de parcela significativa do funcionalismo (os contratados sem concurso, com base na Lei 500, de 13/11/1974, e os Admitidos em Caráter Temporário, os chamados professores ACT's das escolas da rede estadual). Diante da reação dos trabalhadores, o governo recuou neste ponto e, no dia 27 de abril, divulgou um substitutivo ao PLC 30, incluindo os "excluídos".

A SPPrev destina-se a todos os servidores efetivos. Ficam de fora os contratados pela CLT, que continuam sendo regidos pelas normas do INSS. No caso do Centro Paula Souza, todos os professores são celetistas. Entre os funcionários, o Sinteps estima que 70% sejam efetivos (estatutários) e, portanto, passam a fazer parte do novo regime de previdência criado pelo governo paulista.

A Assembléia Legislativa também aprovou o PLC 31, que trata das pensões. Uma de suas medidas reduz em ate 30% o valor da pensão aos dependentes de servidor falecido.



O ato em frente à Alesp, no dia 25 de abril, reuniu mais de 20 mil servidores. O Sinteps era uma das entidades presentes

O que prevê a SPPrev

O projeto aprovado – agora transformado na Lei Complementar 1.010, sancionada pelo governador em 1º/6 – conserva vários problemas denunciados pelas entidades sindicais, que podem significar sérios prejuízos aos servidores.

Um das preocupações reside nas alíquotas. Elas estão fixadas em 11%, mas nada impede que sejam aumentadas através da edição de novas leis.

Para o ex-docente da Unesp dos campi de Ilha Solteira e Guaratinguetá e atual Procurador Federal do INSS em São José dos Campos, Augusto Tsutiya, este é um problema sério. "É óbvio que as receitas que vão ser arrecadadas serão insuficientes para fazer frente ao pagamento dos inativos". Assim, para operacionalizar o equilíbrio de contas, ele vislumbra duas alternativas para o governo do estado, ambas danosas para o funcionalismo:

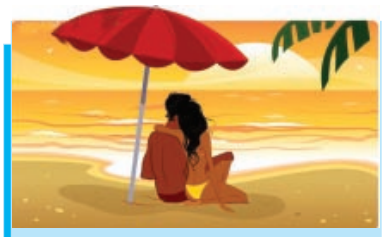
1) aumentar as receitas, com o aumento da contribuição do servidor e 2) diminuir as despesas, com a criação de regras que inviabilizem ou restrinjam a obtenção de benefícios, e o achatamento dos valores dos benefícios. É o que vem acontecendo no regime de previdência do trabalhador do setor privado (INSS).

Outro imbróglio da LC 1.010 é a legalização de irregularidades, como é o caso da inclusão, para efeito de vinculações legais e constitucionais, de gastos em áreas específicas. Ou seja, permite ao governo descontar os gastos com aposentados e pensionistas do percentual de 30% das verbas vinculadas à educação ativa.

Tira dúvidas

As assessorias jurídicas de entidades sindicais ligadas ao Fórum das Seis estão se reunindo para esmiuçar a lei que criou a SPPrev. Em breve, devem divulgar uma exposição detalhada sobre o assunto. O Sinteps divulgará estes estudos.

... e eles querem mais. Na página seguinte, veja o que o governo federal ainda pretende mudar na Previdência



Convênio

Colônia de Férias de Ubatuba mantém promoção para feriado de 7 de Setembro

A Pousada das Araras, em Ubatuba, informa que os preços promocionais em vigor são válidos para o feriado de 7 de Setembro. Para os demais feriados previstos até novembro, os valores são outros e a divulgação será feita diretamente no *site* do Sinteps.

As datas para estadia são livres. Não haverá sorteio e as reservas serão efetivadas por ordem de confirmação, com pagamento de 50% do valor (depósito em conta corrente). As inscrições podem ser feitas através da ficha disponível no *site* do Sinteps (www.sinteps.org.br).

A seguir, acompanhe os preços promocionais das diárias por pessoa em vigor:

Filiados Sinteps e dependentes acima de 8 anos: R$ 25,00

Crianças dependentes (3 a 8 anos): R$ 10,00

Convidados (acima de 8 anos): R$ 25,00

Crianças convidadas (3 a 8 anos): R$ 10,00

Obs: As diárias iniciam-se e encerram-se ao meio dia. Está incluído o café da manhã e não há cobrança de taxas de serviços.

Conjuntura

Governo federal quer fundações privadas gerindo os serviços públicos

Projeto enviado ao Congresso quer mudar o modelo de gestão do setor público e acabar com a estabilidade do funcionalismo. Serra aplaude

O governo Lula quer acabar com a estabilidade do servidor público. Para isso, já enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar que transfere para o setor privado a gestão e o controle de 10 setores dos serviços públicos, entre eles a saúde. O projeto cria a figura jurídica da fundação estatal de direito privado. Por meio dessa manobra, poderiam ser contratados servidores sem as mesmas garantias concedidas atualmente ao funcionalismo público. Tais fundações aplicariam aos servidores públicos as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pela qual o funcionário "ineficiente" pode ser demitido, sem processo administrativo ou direito de defesa, por decisão exclusiva de cada fundação.

O projeto já estava previsto desde a reforma administrativa do governo Fernando Henrique e retoma as propostas do então ministro Bresser Pereira, bastante criticado pelo PT na época.

"É o maior projeto de privatização das políticas sociais já realizado por um governo neste país", considera Sara Granemann, especialista no assunto e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ela lembra que o projeto é apresentado, não por acaso, em meio a uma série de iniciativas do governo contra o direito de greve do funcionalismo.

Segundo o atual ministro do Planejamento do governo Lula, Paulo Bernardo, o objetivo é "dar mais agilidade, eficiência e rapidez no atendimento à população" (*Jornal do Commércio*, 13/7/2007). A declaração não poderia ser mais cínica: o governo Lula desvia boa parte da riqueza nacional, que deveria ser investida na melhoria dos serviços prestados à população, para os banqueiros nacionais e estrangeiros. O resultado é um verdadeiro sucateamento da saúde, da educação etc. Obviamente, é mais fácil jogar a culpa pelas deficiências dos serviços públicos nas costas do servidor.

HU's como cobaias

O governo pretende começar a "experiência" nos hospitais públicos federais tão logo o projeto de lei seja aprovado no Congresso. Em seguida, a idéia seria expandida para outras áreas do serviço público. A princípio, a proposta valeria para os dez hospitais que, hoje, são subordinados ao Ministério da Saúde - nove no Rio e um em Porto Alegre - e para os 48 hospitais universitários de instituições federais, mas poderá ser adotada também por estados e municípios, totalizando cerca de 2.500 unidades.

Embora garanta que não haverá mudança para os funcionários públicos que já ingressaram na carreira, é claro que as novas regras de contratação devem precarizar progressivamente as relações de trabalho nos hospitais universitários, numa verdadeira privatização disfarçada. O controle dos HU's pelas fundações pode comprometer, ainda, o caráter principal destes órgãos, que é de ensino e pesquisa, bem como facilitar o atendimento via planos privados.

O governo Serra já demonstrou sua satisfação com a iniciativa do governo federal. O secretário de Gestão de São Paulo, Sidney Beraldo, disse que "a fundação estatal tem a simpatia do governo paulista" (*O Estado de S. Paulo*, 14/7/2007), numa clara indicação de que poderá seguir a receita.

As entidades que compõem o Fórum das Seis (entre elas, o Sinteps) já estão estudando o projeto de lei enviado ao Congresso pelo governo Lula. Fique atento ao debate!

Eles não estão satisfeitos...

Governo Lula planeja nova Reforma da Previdência

Se depender do governo Lula e dos grandes empresários, novos ataques serão desferidos contra a previdência. Embora ainda não haja nenhuma proposta formalizada, já circulam "sugestões" como:

- Elevar a idade mínima da aposentadoria para 65 anos;
- Desvincular o valor das aposentadorias do salário mínimo, o que levaria ao rebaixamento ainda maior dos benefícios;
- Acabar com a aposentadoria especial dos professores (somente os do ensino básico ainda mantêm esse direito);
- Acabar com a possibilidade da mulher se aposentar cinco anos antes do homem, como se a dupla ou tripla jornada não fosse uma realidade para a maioria das trabalhadoras;
- Acabar com a aposentadoria dos trabalhadores rurais.

Se aprovadas, essas mudanças se aplicariam tanto aos empregados da iniciativa privada, quanto aos servidores federais, estaduais e municipais.

Na verdade, o que o governo pretende com estas medidas é diminuir cada vez mais os gastos com aposentadoria e saúde, para poder gastar mais com os juros da dívida interna e externa que são pagos aos banqueiros.